

# Procurador diz que réu pobre tem defensores

17 MAR 1983

O procurador-geral do DF, Humberto Barros, não vê como deficiente o trabalho realizado pela Procuradoria na área de assistência judiciária à população carente de Brasília. A declaração veio como resposta às críticas do promotor Antônio Ezequiel Neto, que afirmou esta semana que os trabalhos realizados pelo Ceajur (Centro de Assistência Judiciária), órgão da Procuradoria Geral do DF, não atingem as áreas mais necessitadas, como Plano Piloto e Taguatinga, onde se concentram cerca de 80 por cento dos processos em andamento no DF.

Humberto explicou que a demora na implantação do serviço nas áreas de maior necessidade — hoje o Ceajur só atua em Sobradinho e Planaltina — se deve ao fato de que a Procuradoria está “empenhada em criar advogados especializados em defensoria”. Para isto, está em andamento um concurso público para preencher as vagas existentes nas novas unidades que estão sendo criadas no Gama, Brazlândia e na Papuda.

“Defensores públicos não se fabrica de uma hora para outra. É preciso que ele esteja capacitado para cumprir sua função”, afirmou o procurador. Humberto Barros ressaltou que a Procuradoria possui um plano traçado para a implantação gradativa em todo o DF. “Nós não podemos

abandonar esse plano para não prejudicar o serviço. Temos que substituir o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministério Público em Brasília com prudência e qualidade. Na medida em que a população possa consultar defensores qualificados, os réus terão menos chances de serem condenados”.

os, os réus terão menos chances de serem condenados”.

O assunto Assistência Judiciária foi tema de matéria divulgada pelo CORREIO na última segunda-feira. Nela, o promotor Antônio Ezequiel levantou a polêmica de que o serviço feito atualmente pelo Ministério Público na área de defensoria pública tornou-se deficiente devido ao excesso de trabalho.



Humberto Barros